

Caiado entra com mandado de segurança contra MP do Código

Categories : [Notícias](#)

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) protocolou, nesta quarta-feira (6), um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida provisória 571/2012 que altera o Código Florestal. O parlamentar, que está representando a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na ação, pretende conseguir que o Supremo declare a MP inconstitucional. A FPA é formada por 209 deputados e 13 senadores.

A medida provisória 571 foi editada pelo Planalto para tapar os buracos dos 12 vetos feitos ao texto do Código Florestal. De acordo com o deputado, a Medida Provisória 571 viola matéria já aprovado pelo Congresso Nacional: “O governo não pode editar Medida Provisória sobre tema que já foi deliberado e aprovado por ampla maioria nesta casa antes de analisarmos os vetos definidos pela presidente Dilma. Isso é uma afronta e um desrespeito ao Congresso Nacional”, justifica Caiado.

O mandato de segurança tem 19 páginas e é apenas uma das várias pedras no meio do caminho da Medida Provisória que regulamenta mudanças feitas pela Dilma no texto do Código Florestal, [aprovado por ampla maioria](#) dos deputados no dia 25 de abril.

Ontem, durante a primeira reunião da comissão mista ? formada por 14 deputados e 13 senadores ? que analisa a admissibilidade da matéria, já se conseguia ver que não há consenso em torno do texto. Com composição majoritariamente ruralista (10 dos 14 deputados votaram a favor do relatório de Paulo Piau), o deputado Sarney Filho, presidente da frente parlamentar ambientalista, se mostrou pessimista acerca dos resultados da comissão: “mais uma vez, a ‘tratoração’ de um determinado posicionamento”. Segundo o deputado, “não há como, numericamente, haver uma solução diferente e, mais uma vez, vamos colocar a responsabilidade no Executivo”.

Sarney Filho também mencionou a possibilidade de a comissão, formada por maioria ruralista, reestabelecer no projeto de conversão à MP tudo o que a presidente vetou. Mais de [620 emendas](#) já foram apresentadas à MP.

O cronograma da comissão mista será apresentado e votado na próxima semana e a análise da medida provisória será feita até o final do mês, quando de encerram os trabalhos. Após passar por essa comissão, o texto deverá ser votado na Câmara dos Deputados, seguindo então para votação no Senado. Para virar lei, a [MP 571](#) precisa ser aprovada até o dia 8 de outubro.

Gostou desse texto? Leia Também

[MP do Código será analisada por comissão pró-ruralista](#)

[A falácia da recomposição de APP e Reserva Legal](#)

[A “verdade” construída com mentirinhas](#)